

Título: DL 075-2023

Tipo: Dispensa – Art. 24, II, Lei 8.666/93

Objeto: Dedetização e desratização para atender as demandas da PSFN/Bauru/SP.

Processo: 15372.100060/2023-75

Anexo:

- Formulário de Demanda (SEI 37558238);
- Termo de Referência (SEI 37881615);
- Autorização Contratação/Prorrogação (SEI 37914425);
- Declaração de Responsabilidade Fiscal (SEI 37914445);
- Documento de Dispensa - SIASG (SEI 37958841);
- Despacho de Homologação (SEI 37938833);
- Nota de Empenho (SEI 38084821).



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional  
Procuradoria Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região  
Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Bauru - SP  
Apoio Administrativo

## DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

### ÓRGÃO

Setor Requisitante (Unidade / Setor / Depto):	PROCURADORIA SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM BAURU
Responsável pela Demanda:	Ricardo Lucas de Almeida
Matrícula SIAPE:	1657312
E-mail:	ricardo.almeida@pgfn.gov.br
Telefone:	(14) 2106-2778

### 1. Justificativa da necessidade da contratação, considerando o Planejamento Estratégico, se for o caso.

Contratação de empresa especializada para execução de serviços de dedetização.

### 2. Quantidade a ser contratada:

04 aplicações durante o período de 12 meses. 01 aplicação por trimestre

### 3. Previsão de data em que deve ser iniciada a prestação dos serviços/entrega dos bens:

2023

### 4. Local da prestação dos serviços/entrega dos bens:

Rua Rio Branco, 18-39 - Vila América - CEP 17014-037 - Bauru - SP

### 5. Alinhamento ao Plano Anual de Contratação – PAC

### 6. Indicação do membro da equipe de planejamento e se necessário o responsável pela fiscalização:

Nome: Ricardo Lucas de Almeida / SIAPE: 1657312 / e-mail: ricardo.almeida@pgfn.gov.br / Telefone: (14) 2106-2778 | 98123-0124

Bauru, 27 de setembro de 2023.

Documento assinado eletronicamente

Ricardo Lucas de Almeida  
Chefe de Serviço - PSFN/Bauru



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Lucas de Almeida, Chefe(a) de Serviço**, em 27/09/2023, às 17:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.economia.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **37558238** e o código CRC **F458E574**.

Referência: Processo nº 15372.100060/2023-75.

SEI nº 37558238



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional  
Procuradoria Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região  
Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Bauru - SP  
Apoio Administrativo

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**ADAPTADO PARA DISPENSA DE LICITAÇÃO (SERVIÇOS)**

**PROCURADORIA SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM BAURU NO ESTADO DE SÃO PAULO**

**1. DO OBJETO**

1.1. Contratação de empresa especializada no controle de pragas urbanas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	3417	DESINSETIZAÇÃO / DESRATIZAÇÃO / DEDETIZAÇÃO	Valor Unitário	4	555,00	2.220,00
			Valor Total			2.220,00

**1.2. DO LOCAL DE ENTREGA E QUANTIDADES**

1.2.1. Os Serviços deverão ser prestados na Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Bauru, no endereço: Rua Rio Branco, 18-39, Vila América - CEP 17014-037 - Bauru/SP, nas quantidades contratadas e das condições de segurança da edificação enquanto durar o serviço de manutenção.

**2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. O presente processo tem por objetivo a desinsetização, desratização e dedetização nas dependências do prédio, incluindo: garagem subsolo, piso térreo e 1º andar com intuito de manutenção da segurança da edificação para seus usuários, assim como, o cumprimento das legislações de acordo com as normas estabelecidas.

**3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS**

3.1. O objeto desta contratação enquadra-se no Art. 247, inc. II da Lei 8.666/93 - hipótese de licitação dispensável com base no valor de até 10% do limite previsto na alínea "a", do inc. II, do art. 23 da referida lei.

3.2. O valor **total** estimado dos serviços é de **R\$ 2.220,00 (dois mil, duzentos e vinte reais)**

#### **4. CARACTERÍSTICAS E FORMA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO**

4.1. A contratação deverá contemplar a desinsetização, desratização e dedetização nas dependências do prédio em **04 aplicações no período de 12 meses**.

4.2. No valor proposto deverão estar inclusos todos os custos operacionais, frete, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, bem como as demais despesas indispensáveis à realizações dos serviços.

4.3. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

4.4. A contratada se responsabilizará pela entrega dos serviços.

4.5. A comunicação entre a Administração e a Contratada poderá ocorrer por meios eletrônicos, telefone ou pessoalmente, devendo ser registrado, em e-mail ou ata de reunião, os acordos e tratos firmados entre as partes.

#### **5. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

5.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo;

5.2. No prazo de até 5 (cinco) dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

5.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

5.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os produtos e serviço executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários;

5.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

5.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

5.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis;

5.3.2. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da data de entrega, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.3.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo;

5.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

5.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo;

5.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor;

5.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades;

## **6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

6.1. São obrigações da Contratante:

6.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

6.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.4. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

6.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

6.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

6.7. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

6.7.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

6.7.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

6.7.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

6.8. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

6.9. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

6.10. Cienficar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

6.11. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

6.12. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

## **7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante e prazo de validade;

7.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.6. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

7.7. Embalar os produtos adequadamente;

7.8. Executar o transporte dos produtos com total segurança, assumindo inteira responsabilidade pela integridade física dos materiais, bem como por danos ou extravios causados aos mesmos.

7.9. Garantir a entrega em data e hora prevista.

## **8. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

8.2. Nos termos do art. 67, da Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

8.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.4. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

9.1. Na hipótese da Contratada inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita às sanções previstas nos Arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993.

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertencentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6. Antes do pagamento à Contratada, será realizada consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF.
- b) Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União.
- c) Certidão de Regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- e) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.
- f) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade.
- g) Cadastro de Inidôneos do Tribunal de Contas da União.
- h) Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público - CADIN

10.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.8. Previamente à emissão de nota de empenho, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou



en6dade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impedi6vas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos 6rg6os respons6veis pela fiscaliza66o da regularidade fiscal quanto à inadimpl6ncia da contratada, bem como quanto à exist6ncia de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios per6nentes e necess6rios para garantir o recebimento de seus cr6ditos.

10.10. Persist6ndo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necess6rias à rescis66o contratual nos autos do processo administra6vo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.11. Havendo a efe6va execu66o do objeto, os pagamentos ser6o realizados normalmente, até que se decida pela rescis66o do contrato, caso a contratada não regularize sua situa66o junto ao SICAF.

10.11.1. Ser6o rescindido o contrato em execu66o com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por mo6vo de economicidade, seguran6a nacional ou outro de interesse p6blico de alta relev6ncia, devidamente justificado, em qualquer caso, pela m6xima autoridade da contratante.

10.12. Quando do pagamento, ser6o efetuada a reten66o tribut6ria prevista na legisla66o aplic6vel.

10.13. É vedado o pagamento, a qualquer Vtulo, por servi6os prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societ6rio servidor p6blico da a6va do 6rg6o contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Or6ament6rias vigente.

10.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensa66o financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efe-tivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplica66o da seguinte f6rmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos morat6rios;

N = N6mero de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensa66o financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad \frac{I = (6 / 100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

10.15. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrer6o a reten66o tribut6ria quanto aos impostos e contribui66es abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficar6o condicionado à apresenta66o de comprova66o, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tribut6rio favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **11. DAS SAN666ES ADMINISTRATIVAS**

11.1. Na hip6tese da Contratada inadimplir as obriga666es assumidas, no todo ou em parte, ficar6o sujeita às san666es previstas nos Arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993.

## **12. ADEQUA666O OR6AMENT6RIA**

12.1. As despesas decorrentes da presente contrata666o correr6o à conta de recursos espec6ficos consignados no Or6amento Geral da Uni66o.

12.2. A contrata666o ser6o atendida pela seguinte dota666o:

Gestão/Unidade: 000001  
Fonte de Recursos: 1031000000  
Plano interno: PI PGSERVD2000  
Natureza da Despesas: 339039  
Programa de trabalho resumido: 171524

Bauru/SP, 16 de outubro de 2023.

Documento assinado eletronicamente

RICARDO LUCAS DE ALMEIDA  
Chefe de Serviço



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Lucas de Almeida, Chefe(a) de Serviço**, em 16/10/2023, às 14:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.economia.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **37881615** e o código CRC **F1756575**.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União  
Atualização: Agosto de 2023  
Termo de Referência Aquisições - Contratação Direta  
Aprovado pela Secretaria de Gestão.  
Identidade visual pela Secretaria de Gestão

**Referência:** Processo nº 15372.100060/2023-75.

SEI nº 37881615



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS  
Secretaria de Gestão Corporativa  
Superintendência Regional de Administração no Estado de São Paulo  
Divisão de Recursos Logísticos  
Serviço de Suprimentos  
Compras

### DESPACHO DE AUTORIZAÇÃO (PRORROGAÇÃO / NOVA CONTRATAÇÃO)

*Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, e Portaria MGI nº 572, de 08 de março de 2023*

#### DESPACHO DE AUTORIZAÇÃO

##### I – Autorização para (assinalar com um “X” a opção correspondente ao pedido):

Prorrogação	X	Contratação
-------------	---	-------------

##### II – Unidade Gestora Contratante (nome, sigla e CNPJ):

Superintendência Regional de Administração no Estado de São Paulo-SRA-SP - CNPJ 00.489.828/0077-53.

##### III – Identificação do Demandante (nome, sigla e CNPJ):

Procuradoria Regional da Fazenda Nacional – PRFN/3ª Região – CNPJ nº 00.394.460/0360-90.

##### IV – Número do Processo:

15372.100060/2023-75

##### V – Número do Contrato:

(preencher somente no caso de pedido de prorrogação)

##### VI – Data de Início de Vigência do Contrato:

(preencher somente no caso de pedido de prorrogação)

##### VII – Objeto do Contrato: (no caso de pedido de prorrogação, informar o nome e CNPJ da empresa contratada)

Contratação de empresa especializada na execução de serviços de dedetização nas instalações da Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Bauru no Estado de São Paulo.

##### VIII – Período de vigência pretendido: (preencher somente nos casos de pedido de prorrogação de contratos, locações ou nova contratação de serviços contínuos)

###### a) Data de Início:

###### b) Data de Término:

**IX – Valor:** (preencher tabela abaixo com os órgãos beneficiados, valores em R\$ e a variação - percentual positiva ou negativa)

Órgão Demandante	Valor da contratação/vigência anterior (A)	Valor proposto para novo contrato ou novo período de vigência (B)	Variação (%) Fórmula: B/A-1*100
Superintendência Regional de Administração no Estado de São Paulo-SRA-SP		R\$ 2.220,00	
Valor a ser <b>AUTORIZADO</b> (a ser preenchido pelas unidades descentralizadas)		R\$ 2.220,00	
Valor total da contratação		R\$ 2.220,00	

**X – Disponibilidade de Recursos:** (Preencher com as informações acerca das disponibilidades orçamentárias e eventuais notas de empenho já emitidas):

CDO (37846399) NC (37900967)

**XI – Despacho Da Autoridade:**

Em vista da necessidade apresentada, nos termos do Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019 e por competência delegada pela PORTARIA MTE N° 895, DE 29 DE MARÇO DE 2023, AUTORIZO o objeto da demanda descrita no item VII.

Ressalto que a presente autorização constitui ato de governança das contratações estritamente relacionado a uma avaliação sobre a conveniência da despesa pública, não envolvendo a análise técnica e jurídica do procedimento, nem implicando ratificação ou validação dos atos que compõem o processo de contratação.

Sem prejuízo, condiciona-se esta autorização a que o gestor contratual observe as orientações do Órgão Jurídico competente para examinar a presente contratação, toda a legislação pátria atinente à matéria e as orientações dos órgãos de controle aplicáveis.

Documento assinado eletronicamente  
EDSON CARLOS ODA DOS SANTOS  
Superintendente Substituto da SRA/SP



Documento assinado eletronicamente por **Edson Carlos Oda dos Santos, Gerente de Recursos Logísticos**, em 17/10/2023, às 17:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.economia.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **37914425** e o código CRC **D9A39D6E**.

Referência: Processo nº 15372.100060/2023-75.

SEI nº 37914425



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS  
Secretaria de Gestão Corporativa  
Superintendência Regional de Administração no Estado de São Paulo  
Divisão de Recursos Logísticos  
Serviço de Suprimentos  
Compras

## DECLARAÇÃO

**Processo:** 15372.100060/2023-75

**Interessado:** PSFN-SP-BAURU/PRFN3/PGFN-MF

**Assunto:** Contratação de empresa especializada na execução de serviços de dedetização nas instalações da Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Bauru no Estado de São Paulo.

### Declaração

Declaro, para os efeitos do inciso II do artigo 16 da Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000, publicada no DOU, de 05.05.2000, que a presente despesa tem adequação orçamentária e financeira com a Lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias orçamentárias, conforme informações da Divisão de Orçamento e Finanças da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional SEI Nº 37846399/37900967.

São Paulo, 17 de outubro de 2023

Documento assinado eletronicamente

EDSON CARLOS ODA DOS SANTOS

Superintendente Substituto da SRA/SP



Documento assinado eletronicamente por **Edson Carlos Oda dos Santos, Gerente de Recursos Logísticos**, em 17/10/2023, às 17:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.economia.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **37914445** e o código CRC **B08856AD**.

**Referência:** Processo nº 15372.100060/2023-75.

SEI nº 37914445

## Licitação

## Dispensa/Inexigibilidade

Ambiente: PRODUÇÃO

## Pedido de Cotação Eletrônica

## Alterar/Excluir Dispensa Eletrônica

18/10/2023 14:54:52



A Dispensa de Licitação foi incluída.

Órgão

25000 - MINISTERIO DA FAZENDA

UASG Responsável

170131 - SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF - SP

\* Modalidade de Compra

Dispensa de Licitação ▼

\* N° da Compra

00075

\* Ano da Compra

2023 ▼

\* Lei

Lei nº 8.666/1993 (Licitações e Contratos) ▼

\* Artigo

Art. 24° ▼

\* Inciso

II ▼

Percentual de enquadramento da instituição 10 %

\* N° do Processo

15372100060202375

\* Valor Total da Compra (R\$)

2.220,00 ⓘ

\* Quantidade de Itens

1

Total de Itens Incluídos

0

\* Objeto

Contratação de empresa especializada no fornecimento de serviços de dedetização e desratização para a PSFN/BAURU-SP. .A Nota de Empenho substitui o contrato. O Termo de Referência integra o procedimento para todos os fins.

500 Caracteres Disponíveis

\* Fundamento Legal

Art. 24º, Inciso II da Lei nº 8.666 de 21º/06/1993.

141 Caracteres Disponíveis

\* Justificativa da Compra sem Licitação

Menor preço.

113 Caracteres Disponíveis

Reconhecimento da Compra

\* Data do Reconhecimento

18/10/2023 ⓘ

\* CPF do Responsável

884.629.199-91

\* Nome

EDSON CARLOS ODA DOS SANTOS

\* Função

Gerente Drl/sra-sp

Ratificação da Compra

Data da Ratificação

ⓘ

CPF do Responsável

Nome

Função

Publicação da Compra

Data da Publicação

ⓘ

CPF do Responsável

Nome

Função

Licitação

Dispensa/Inexigibilidade

Pedido de Cotação Eletrônica

Manter Pesquisa de Preço de Mercado da Dispensa

18/10/2023 15:01:01

Órgão

25000 - MINISTERIO DA FAZENDA

UASG Responsável

170131 - SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF - SP

Modalidade de Compra

Dispensa de Licitação

Nº da Compra

00075/2023

Lei

Lei nº 8.666/1993

Artigo

Art. 24º

Inciso

II

Percentual de enquadramento da instituição

10

%

Item

Nº do Item

1

Tipo de Item

Serviço

Descrição do Item

3417 - Desinsetização / Desratização / Dedetização

Quantidade

4

Unidade de Fornecimento

UNIDADE

Pesquisa de Preço de Mercado

\* Data da Pesquisa

11/09/2023

\* Valor Total Pesquisado (R\$)

2.220,00

\* Tipo Fornecedor

Pessoa Jurídica

\* CPF/CNPJ

03.001.277/0001-27

\* Nome/Razão Social

BIOMAX CONTROLE DE PRAGAS LTDA

Salvar Pesquisa

Nova Pesquisa

Excluir Pesquisa

Escolher Pesquisa	Valor Total Pesquisado (R\$)	Data da Pesquisa	CPF/CNPJ	Nome/Razão Social	Ação
<input checked="" type="radio"/>	2.220,00	11/09/2023	03.001.277/0001-27	BIOMAX CONTROLE DE PRAGAS LTDA	<a href="#">Selecione</a>
<input type="radio"/>	2.320,00	11/09/2023	55.629.844/0001-98	BAURU SERVICE LTDA	<a href="#">Selecione</a>
<input type="radio"/>	3.500,00	11/09/2023	00.013.271/0001-81	BAURU DEDETIZADORA E SERVICOS DE DESINFECCAO E DESRATIZACAO LTDA	<a href="#">Selecione</a>

\* Justificativa para Escolha do Fornecedor

517

 Caracteres Disponíveis

Finalizar Pesquisas

Inconsistências da Pesquisa

A Pesquisa de Preço de Mercado deve ser finalizada.

Item Anterior

Ir para o Item: 

1

 Ir

Próximo Item

Dispensa

Item

( \* ) Campo de preenchimento obrigatório.

Solução SERPRO



Órgão

25000 - MINISTERIO DA FAZENDA

UASG Responsável

170131 - SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF - SP

Modalidade de Compra

Dispensa de Licitação

Nº da Compra

00075/2023

Lei

Lei nº 8.666/1993

Artigo

Art. 24º

Inciso

II

Percentual de enquadramento da instituição

10

%

Quantidade de Itens

1

Total de Itens Incluídos

1

Item

Pesquisa Catálogo

Nº do Item

1

\* Tipo de Item

Serviço

\* Código do Item

3417

\* Descrição do Item

Desinsetização / Desratização / Dedetização

\* Unidade de Fornecimento

UNIDADE

Descrição Detalhada

Desinsetização / Desratização / Dedetização

1248 Caracteres Disponíveis

Item Sustentável

\* Quantidade

4

Valor Total (R\$)

Fornecedor

Marca

Fabricante

Tipo Fornecedor

CPF/CNPJ

Nome/Razão Social

Salvar Item | Adicionar Item | Excluir Item

Inconsistências do Item

A Pesquisa de Preço de Mercado deve ser finalizada.

Item Anterior

Ir para o Item: 1

Ir

Próximo Item

Dispensa

Itens

Pesquisa de Preço de Mercado

( \* ) Campo de preenchimento obrigatório.



A Pesquisa de Mercado foi finalizada.

Órgão	UASG Responsável			
25000 - MINISTERIO DA FAZENDA	170131 - SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF - SP			
Modalidade de Compra	Nº da Compra	Lei	Artigo	Inciso
Dispensa de Licitação	00075/2023	Lei nº 8.666/1993	Art. 24º	II

Percentual de enquadramento da instituição

10 %

Quantidade de Itens	Total de Itens Incluídos
1	1

Item

Pesquisa Catálogo

Nº do Item	* Tipo de Item	* Código do Item	* Descrição do Item
1	Serviço	3417	Desinsetização / Desratização / Dedetização

\* Unidade de Fornecimento

UNIDADE

Descrição Detalhada

Desinsetização / Desratização / Dedetização

1248 Caracteres Disponíveis

☐ Item Sustentável ⓘ

\* Quantidade

Valor Total (R\$)

4

2.220,00

Fornecedor

Marca	Fabricante

Tipo Fornecedor	CPF/CNPJ	Nome/Razão Social
Pessoa Jurídica	03.001.277/0001-27	BIOMAX CONTROLE DE PRAGAS LTDA

Salvar Item Adicionar Item Excluir Item

Item Anterior

Ir para o Item: 1 Ir

Próximo Item

Dispensa Itens Pesquisa de Preço de Mercado

( \* ) Campo de preenchimento obrigatório.

Licitação

Dispensa/Inexigibilidade

Ambiente: PRODUÇÃO

Pedido de Cotação Eletrônica

Itens da Dispensa

18/10/2023 15:02:50

Órgão

25000 - MINISTERIO DA FAZENDA

UASG Responsável

170131 - SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF - SP

Modalidade de Compra

Dispensa de Licitação

Nº da Compra

00075/2023

Lei

Lei nº 8.666/1993

Artigo

Art. 24º

Inciso

II

Percentual de enquadramento da instituição

10

 %

Quantidade de Itens

1

Total de Itens Incluídos

1

Filtro

Nº do Item

Descrição do Item

☐

 Apenas Itens Inconsistentes

Pesquisar

Limpar

Nº do Item	Tipo de Item (*)	Item	Quantidade	Unidade de Fornecimento	Valor Total (R\$)	Consistente?	Ação
1	S	3417 - Desinsetização / Desratização / Dedetização	4	UNIDADE	2.220,00	Sim	<a href="#">Selecione</a>

Um registro encontrado.

(\*) **M** - Material    **S** - Serviço

Incluir Itens

Dispensa



A Dispensa de Licitação foi encerrada.

Resumo da Dispensa/Inexigibilidade

Órgão

25000 - MINISTERIO DA FAZENDA

UASG de Atuação

170131 - SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF - SP

Modalidade de Compra

Dispensa de Licitação

Nº da Compra

00075/2023

Lei

Lei nº 8.666/1993

Artigo

Art. 24º

Inciso

II

Percentual de enquadramento da instituição

10 %

Objeto

Contratação de empresa especializada no fornecimento de serviços de dedetização e desratização para a PSFN/BAURU-SP. .A Nota de Empenho substitui o contrato. O Termo de Referência integra o procedimento para todos os fins.

Quantidade de Itens

1

Valor Total da Compra (R\$)

2.220,00

Data da Declaração

18/10/2023

Encerrar Compra

Dispensa



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS  
Secretaria de Gestão Corporativa  
Superintendência Regional de Administração no Estado de São Paulo  
Divisão de Administração e Logística  
Serviço de Licitações, Contratos e Recursos Logísticos  
Compras

## DESPACHO

Senhora Chefe ,

Versa o presente processo sobre a contratação de empresa especializada na execução de serviços de dedetização nas instalações da Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Bauru , por meio de Dispensa de Licitação, na forma do art. 24, inciso II da Lei nº. 8.666/1993 e suas alterações, conforme proposição contida no DFD (37558238), Termo de Referência (37881615) e demais documentos que compõem este processo.

A Lei nº. 8.666, de 21 de Junho de 1993 que “Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências” e em seu Art. 24, inciso II reza o seguinte:

*Art. 24. É dispensável a licitação:*

*II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;*

O valor estimado da contratação é de **R\$ 2.220,00** (dois mil duzentos e vinte reais), de acordo com a pesquisa de preço realizada através de consulta a empresas especializadas que prestam este tipo de serviço (37559011), conforme dispõe a Instrução Normativa nº 73/2020 do Ministério da Economia, e, portanto, a presente despesa enquadra-se em Dispensa de Licitação, fundamentada no Inciso II, Artigo 24, da Lei nº. 8.666/93, republicada em 06/07/1994 e suas alterações posteriores, por tratar-se de despesa de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea “a” do inciso II do artigo 23 da Lei Federal em apreço.

É válido ressaltar que o Decreto nº. 9.412, de 18/06/2018, atualizou os valores das modalidades de licitação de que trata o art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Dessa forma, foram atualizados os valores para dispensa de licitação, os quais discriminamos:

- R\$ 33.000,00 (trinta e três mil), para obras e serviços de engenharia e,
- R\$ 17.600,00, (dezessete mil e seiscentos reais), no caso de compras e serviços.

Em relação à regularidade fiscal da empresa **BIOMAX CONTROLE DE PRAGAS LTDA**, inscrita no CNPJ nº **03.001.277/0001-27**, não há nada que desabone ou a impeça de contratar com a Administração Pública, conforme se verifica nas certidões referenciadas (37938769).

Informo que as despesas essenciais aos serviços, terão os créditos assegurados por inclusão na Lei Orçamentária Anual - LOA nº 14.535, de 17 de janeiro de 2023, motivo pelo qual acostamos a "Declaração de Responsabilidade Fiscal" (37914445).

Assim, diante do exposto, encaminhamos o presente processo para juntamente com a Autoridade Administrativa proceder a análise dos autos e em caso de aprovação da contratação da forma

proposta.

**Jamille Rodrigues Calil Daher**  
**EQCOP/SLOG/DIAL/SRA/SP**

De acordo.

Encaminhe-se a SLOG/DIAL/SRA/SP.

**Aline Ferreira Cajuhi**  
**Chefe da EQCOP/SLOG/DIAL/SRA-SP**

De acordo.

Proponho a homologação da presente Dispensa de Licitação, nos termos do artigo 24, inciso II, da Lei nº. 8666/93 e suas alterações, em favor da empresa - **BIOMAX CONTROLE DE PRAGAS LTDA**, inscrita no CNPJ nº **03.001.277/0001-27**.

**Margarete Pereira**  
**Chefe da SLOG/DIAL/SRA-SP**

De acordo.

Homologo a Dispensa de Licitação, nos termos do artigo 24, inciso II, da Lei nº. 8666/93 e suas alterações, em favor da empresa.

Após divulgação da Dispensa de Licitação no SIASG, encaminhe-se a SEOFI para emissão de nota de empenho - **BIOMAX CONTROLE DE PRAGAS LTDA**, inscrita no CNPJ nº **03.001.277/0001-27**.

**Edson Carlos Oda dos Santos**  
**Gerente-DIAL-SRA-SP**



Documento assinado eletronicamente por **Jamille Rodrigues Calil Daher**, **Agente Administrativo**, em 18/10/2023, às 13:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aline Ferreira Cajuhi, Responsável pelo Setor**, em 18/10/2023, às 13:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Margarete Pereira, Chefe(a) de Serviço**, em 18/10/2023, às 14:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Edson Carlos Oda dos Santos, Gerente de Recursos Logísticos**, em 18/10/2023, às 14:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.economia.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **37938833** e o código CRC **7C80F26B**.

---

Referência: Processo nº 15372.100060/2023-75.

SEI nº 37938833

Data e hora da consulta: 24/10/2023 17:33

Usuário: \*\*\*.621.658-\*\*

Impressão Completa

## Nota de Empenho

## UG Emitente

Código	Nome	Moeda
170131	SUPERINTENDÊNCIA REG. ADM. DO MGI - SÃO PAULO	REAL - (R\$)
CNPJ	Endereço	CEP
00.489.828/0077-53	AV. PRESTES MAIA, 733 - 19.ANDAR,SALA 1904	01031-001
Município	UF	Telefone
SAO PAULO	SP	(0XX) (11) 2113-2707 E 2113-2593

Ano	Tipo	Número
2023	NE	977

## Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	171524	1031000000	339039	170008	PGSERVD2000

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
18/10/2023	Global	15372.100060/2023-75	0,0000	2.220,00

## Favorecido

Código	Nome	CEP
03.001.277/0001-27	BIOMAX CONTROLE DE PRAGAS LTDA	17030-026
Endereço		
GALVAO DE CASTRO 3-09 VILA CORALINA		
Município	UF	Telefone
BAURU	SP	(14) 3203-4800

## Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação				
11	DISPENSA DE LICITACAO				
Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea	
LEI 8.666 / 1993	24	-	II	-	

## Descrição

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO NAS INSTALAÇÕES DA PROCURADORIA SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM BAURU, POR MEIO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, NA FORMA DO ART. 24, INCISO II DA LEI Nº. 8.666/1993 E SUAS ALTERAÇÕES, CONFORME PROPOSIÇÃO CONTIDA NO DFD (37558238), TERMO DE REFERÊNCIA (37881615) E DEMAIS DOCUMENTOS QUE COMPÕEM ESTE PROCESSO.

## Local da Entrega

PSFN/BAURU

## Informação Complementar

17013106000752023 - UASG Minuta: 170131

## Sistema de Origem

COMPRASNET-ME

Versão	Data/Hora	Operação
002	19/10/2023 16:04:09	Alteração



Data e hora da consulta: 24/10/2023 17:33

Usuário: \*\*\*.621.658-\*\*

Impressão Completa

## Nota de Empenho

## Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC	2.220,00

## Subelemento 78 - LIMPEZA E CONSERVACAO

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	Item compra: 00001 - Desinsetização / Desratização / Dedetização	2.220,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
18/10/2023	Inclusão	4,00000	555,0000	2.220,00

## Assinaturas

## Ordenador de Despesa

EDSON CARLOS ODA DOS SANTOS

\*\*\*.629.199-\*\*

19/10/2023 16:04:09

## Gestor Financeiro

ALCIDES LUIZ DA SILVA

\*\*\*.445.698-\*\*

19/10/2023 13:09:07